Dados de vigilância: desafios para as políticas culturais na era de inteligência artificial

Surveillance data: challenges for cultural policies in the artificial intelligence era

Hikmat Abrahin Zein¹

Vânia Lisboa da Silveira Guedes²

Resumo:

Este artigo analisa o capitalismo de vigilância e a aceleração algorítmica, destacando como a coleta massiva de dados e os sistemas automatizados influenciam o comportamento dos usuários e a configuração da cultura digital. Examina-se o papel das Big Techs na lógica de monetização dos dados e seus efeitos sobre a diversidade cultural, uma vez que algoritmos priorizam conteúdos com maior potencial de lucro, em detrimento da pluralidade de expressões. A partir de uma abordagem crítica e interdisciplinar, o texto discute os desafios para a formulação de políticas culturais que promovam autonomia, inclusão e equidade no ambiente digital. Argumenta-se que a regulamentação ética e a governança dos dados são fundamentais para mitigar riscos associados à concentração de poder informacional. O estudo conclui enfatizando a importância de alinhar o desenvolvimento tecnológico à preservação de valores culturais, em busca de um ecossistema digital mais justo e socialmente comprometido.

Palavras-chave: capitalismo de vigilância; políticas culturais; big techs; regulamentação; inteligência artificial.

Abstract:

This article analyzes the intersections between surveillance capitalism, algorithmic acceleration, and cultural policy in the context of contemporary digital society. It explores how the massive collection of behavioral data by Big Techs and the application of artificial intelligence (AI) systems. The study emphasizes that, under the logic of data monetization, algorithms tend to prioritize content with higher commercial appeal, often at the expense of cultural plurality, minority narratives, and local productions. This dynamic reinforces informational asymmetries and challenges democratic principles in the digital environment. Through a critical and interdisciplinary approach, the article argues that cultural policies must be rethought in light of these transformations, promoting ethical regulation and guaranteeing users' rights to autonomy, privacy, and diversity of expression. In doing so, it highlights the importance of establishing guidelines that ensure the responsible use of AI in cultural

¹Atualmente, Mestranda no curso de Informação em Saúde no IBICT - UFRJ. Especialização em Informação em Ciência e Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP/FIOCRUZ. Possui graduação em Administração pela Universidade Cândido Mendes. Trabalha atualmente como servidora pública federal na Fundação Oswaldo Cruz ocupando o cargo de analista em ciência.

²Doutora e Pós-Doutora em Linguística (PPGL/UFRJ). Professora Associada do Departamento de Biblioteconomia da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - IBICT_UFRJ.

mediation, without reproducing mechanisms of surveillance and exclusion. The discussion also addresses the need to balance technological innovation with the protection of collective cultural values, suggesting that digital governance should incorporate principles of transparency, accountability, and inclusion. By proposing a reflection on the relationship between algorithms and cultural production, this work contributes to the ongoing debate about the social and ethical implications of AI and its regulation in the field of culture and information.

Keywords: surveillance capitalism; cultural policies; big techs; regulation; artificial intelligence.

1 Introdução

O capitalismo de vigilância baseia-se em um novo modelo econômico de extração de dados capazes de revelar comportamentos humanos, com objetivos que incluem previsão e manipulação. De acordo com Koerner (2021), essa expropriação da experiência humana através de coleta de dados pessoais, se torna matéria-prima processada e mercantilizada, pelas *Big Techs* – As grandes empresas de tecnologia que dominam o mercado e possuem influências significativas na sociedade, na economia global e na cultura, por citar Google e Apple, entre outras. Seus objetivos buscam maximizar lucros e expandir suas operações, priorizando interesses comerciais e de mercado. Embora sujeitas à regulamentações governamentais, estas operam de forma autônoma em muitos aspectos, especialmente em relação à coleta de dados para práticas comerciais. Nesse cenário, cabe ao governo o papel de implementar políticas públicas regulamentatórias, através de suas agências, com o objetivo de proteger direitos dos cidadãos e promover o bem-estar social, alinhados aos princípios democráticos.

O capitalismo de vigilância e a aceleração algorítmica apresentam desafios expressivos e que a cada dia se renovam. A cultura, compreendida como um conjunto de práticas, valores e expressões que definem uma sociedade, está cada vez mais mediada por plataformas digitais que coletam e processam dados para influenciar comportamentos e preferências (Zuboff, 2019). Essas plataformas, controladas pelas Big Techs, não apenas moldam o consumo cultural, mas também transformam a produção e a distribuição de bens culturais, muitas vezes priorizando conteúdos que geram maior engajamento e lucro em detrimento da diversidade cultural. Nesse sentido, as políticas culturais precisam se adaptar para garantir que a digitalização não comprometa a pluralidade e a autonomia cultural, promovendo um ambiente onde a tecnologia sirva como ferramenta de inclusão e expressão, e não de massificação (Dupin, 2017, p. 6).

Um algoritmo é um conjunto de instruções ou regras bem definidas que descrevem os passos necessários para realizar uma tarefa ou resolver um problema. A palavra “algoritmo” tem origem no nome de Al-Khwarizmi (em sua versão latina), matemático e astrônomo árabe

contemporâneo, que resolvia problemas através de narrativas, com lista de instruções para resolvê-los e não por meio de símbolos matemáticos (Tavares, 2020). Desta forma, a ideia de um algoritmo poderia ser vista como uma sequência lógica de operações que levam a uma solução específica, aplicável tanto na matemática quanto em outras áreas do conhecimento.

Diante de uma sociedade cada vez mais digitalizada, os algoritmos passaram a desempenhar um papel invisível e opaco, dificultando a compreensão de suas estruturas de interpretação e operação. À medida que a tecnologia avança e a quantidade de dados se expande em ritmo acelerado, os algoritmos evoluem para operar com maior eficiência, impulsionando o fenômeno conhecido como aceleração algorítmica. Esse conceito refere-se ao aumento exponencial da velocidade e da frequência com que algoritmos processam e interpretam dados, tomando decisões ou realizando análises complexas em tempo real.

A aceleração algorítmica é, portanto, um elemento essencial nas interações digitais contemporâneas, impactando desde as recomendações personalizadas em plataformas, até decisões automatizadas nas bases de sistemas econômicos e sociais.

Encontramos nos estudos de Lucas Vilalta (2020) uma rigorosa análise de como o algoritmo constitui-se com uma gestão neoliberal que cumpre a finalidade sobre determinar e prever o comportamento humano para fins de monetização da vida. O algoritmo, enquanto um conjunto de metadados integrados ao sistema de memória e parametrização de processos sociais, estabelecem um critério comum e uma medida mínima de padronização para o condicionamento das atividades humanas. Esse processo, sistematicamente maquiado pela ideologia das panaceias individuais, é uma mera unidade de memória, porém, acentuada o bastante, para enviesar subjetivamente as ideológicas que consumo e produção de relações sociais que geram valor a ser apropriado pelos grandes monopólios (Sousa, 2023, p. 31).

Essa introdução ajuda a mostrar como a aceleração algorítmica é uma consequência direta do aprimoramento dos algoritmos e sua crescente capacidade de processar informações rapidamente. Essa dinâmica é diretamente influenciada pelo novo regime capitalista de vigilância, que se alimenta da coleta massiva de dados pessoais, despejados nas plataformas algorítmicas, transformando o *modus operandi* do processamento de informações. Essa interseção entre algoritmos e capitalismo de vigilância, destaca a necessidade de uma reflexão crítica sobre as implicações éticas e sociais desse fenômeno.

Através de um estudo crítico, pretende-se analisar as bases sociais, econômicas e culturais que perpetuam e alimentam o capitalismo de vigilância, sob a influência do fenômeno da aceleração algorítmica. Compreender as implicações dessas interações para a privacidade, a

autonomia individual e as relações de poder, a fim de contribuir para um debate crítico sobre a influência desses novos paradigmas na estrutura social, cultural e econômica atual.

2 Capitalismo de Vigilância e seus Impactos na Cultura Digital

O novo regime de informação digital introduz modelos de negócios reconstruídos a partir de antigas formas de produção e circulação de produtos. Esses modelos são profundamente influenciados pela inteligência artificial, que se tornou um elemento central, afetando relações econômicas, culturais, políticas e sociais. A aceleração algorítmica, aliada às novas tecnologias de informação e comunicação, transforma a essência e a forma do capitalismo, dando origem ao que Shoshana Zuboff, professora emérita da Harvard Business School, denomina "capitalismo de vigilância". Esse conceito alerta para as consequências das práticas excessivas das grandes empresas de tecnologia, que coletam e utilizam dados pessoais dos usuários como insumos para alimentar processos avançados de inteligência artificial e melhorar seus produtos.

Nesse contexto, os usuários cedem gratuitamente suas informações ao concordar com termos de uso, utilizar serviços gratuitos e preencher cadastros, circulando em espaços onde as máquinas estão presentes e registrando seus comportamentos. No âmbito cultural, essa dinâmica tem implicações profundas. As plataformas digitais coletam dados sobre preferências culturais, promovendo um ciclo de retroalimentação que privilegia conteúdos populares e massificados, em detrimento de expressões culturais menos conhecidas ou de nicho. Isso pode levar à homogeneização do consumo cultural, onde algoritmos determinam o que é visível e o que é marginalizado, impondo falsas hierarquias de valor e limitando a diversidade de expressões culturais, artísticas e ideológicas. A mercantilização da experiência cultural por meio de dados transforma a cultura em um produto a ser consumido, reduzindo-a à métricas de engajamento e lucro, o que coloca em risco a diversidade cultural, um dos pilares fundamentais das políticas culturais.

Zuboff (2019), em sua obra *A Era do Capitalismo de Vigilância: A Luta por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder*, alerta

O direito da humanidade de se autogovernar, conceito básico da democracia, está em risco no mundo todo devido ao avanço do chamado “capitalismo de vigilância” e de seus efeitos na economia, na sociedade e na política. Apenas uma contrarrevolução democrática pode reverter esse processo iniciado no começo dos anos 2000, com o surgimento de empresas como o Google e o

Facebook, que hoje dominam a internet e as redes sociais e têm mais poder do que muitos Estados e governos nacionais (Zuboff, 2023).

No campo cultural, o capitalismo de vigilância representa uma ameaça à autonomia dos criadores e consumidores. Ao transformar a experiência cultural em dados, as Big Techs controlam não apenas o que é consumido, mas também como é produzido, priorizando conteúdos que geram maior adesão e lucro. Isso pode levar à padronização das expressões culturais, marginalizando aquelas que não se alinham aos interesses comerciais das plataformas. A crescente influência de plataformas de streaming, como Netflix e Spotify, na produção e distribuição de filmes, músicas e séries, exemplifica como a lógica do capitalismo de vigilância impacta as políticas de fomento à produção cultural. Além disso, o uso de algoritmos para curadoria de conteúdo em redes sociais, como Facebook e Instagram, pode criar "bolhas de filtro", limitando o acesso à diversidade cultural e ao debate aberto.

A atuação dos algoritmos na filtragem e personalização da informação, embora tecnicamente sofisticada, opera com base em lógicas estatísticas que tendem a reproduzir padrões de comportamento dominantes. Essa dinâmica contribui para o apagamento simbólico de expressões culturais periféricas ou não hegemônicas, reforçando desigualdades históricas no acesso à visibilidade e à representação. Nesse contexto, a Ciência da Informação e as políticas culturais são grandes aliadas para atuar como mediadoras na atenção à diversidade e à inclusão, desenvolvendo estratégias que enfrentem os riscos da homogeneização algorítmica do conteúdo digital.

A coleta de dados sobre o comportamento dos usuários em museus e instituições culturais, por meio de dispositivos como câmeras e sensores, também levanta questões éticas sobre privacidade e vigilância. Esses desafios exigem políticas claras para garantir o uso responsável e transparente dessas informações.

Diante desse cenário, as políticas culturais têm um papel crucial em regular o uso de dados e algoritmos no setor cultural, garantindo a diversidade, a liberdade de expressão e o acesso à cultura. Isso inclui a criação de mecanismos de regulação, o fomento à produção cultural independente, a promoção da educação digital e a conscientização da sociedade sobre os desafios e oportunidades da era digital.

3 Cultura na era digital: pluralidade, padronização e desafios éticos

Sobre a nova forma de capitalismo digital desenvolvido pelas grandes corporações, cabem algumas reflexões acerca dos direitos humanos, subjetivação e desumanização que se

apresentam em decorrência da “mecanologia ou tecnologia entendidas como processo de concretização dos objetos técnicos, cuja dinâmica não é regida por uma intencionalidade humana, mas pelo objeto em si mesmo tendente à indeterminação” (Stiegler, 1998).

Embora o capitalismo de vigilância seja criticado em larga escala por seus impactos negativos à privacidade de seus usuários, diversos avanços foram possíveis em consequência do uso desses dados. No campo científico, com coleta e análise de dados em larga escala, proporcionando avanços nos diagnósticos de doenças, reduzindo impactos no meio ambiente e ciências sociais. Na gestão pública, auxiliando na formulação de políticas públicas mais eficientes e direcionadas ao bem-estar social. Sobretudo no combate à desinformação, onde informações pessoais auxiliam na identificação e combate à disseminação de notícias e propagandas enganosas. Mas para isso é fundamental a regulamentação da cultura de vigilância para garantir que os dados sejam aplicados de forma transparente, ética e responsável.

No âmbito cultural, a coleta e análise de dados podem ser utilizadas para promover a democratização do acesso à cultura e a preservação do patrimônio cultural. Por exemplo, plataformas digitais podem ser usadas para mapear e divulgar expressões culturais locais, garantindo que elas alcancem um público mais amplo. No entanto, é essencial que essas práticas sejam regulamentadas para evitar a exploração comercial desses dados e garantir que os benefícios sejam compartilhados com as comunidades que produzem essas expressões culturais. Da mesma forma, as políticas culturais devem promover o uso ético e responsável da tecnologia, garantindo que os avanços tecnológicos não comprometam a diversidade e a autonomia cultural

Em detrimento aos avanços proporcionados pelas tecnologias, o capitalismo de vigilância introduziu uma nova forma de alienação do indivíduo e sua relação com o mundo. Atribuiu desafios éticos e sociais que vão além da monetização de dados. Essa lógica expõe como o capitalismo de vigilância afeta os direitos humanos comprometendo princípios fundamentais de identidade, dignidade, liberdade e a equidade, consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. O artigo 3º que garante o direito à liberdade e à segurança pessoal: “*Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal*”, é desafiado pelo monitoramento constante e pela coleta massiva de dados.

Para a cultura, essa alienação se manifesta na transformação das expressões culturais em produtos padronizados e comercializáveis. As políticas culturais têm o desafio de reverter essa tendência, promovendo a valorização das identidades culturais locais e garantindo que os cidadãos tenham autonomia sobre suas expressões culturais. Isso requer não apenas a

regulamentação do uso de dados, mas também a promoção de políticas que incentivem a produção e o consumo de conteúdos culturais diversos e autênticos.

4 A regulamentação não é suficiente!

Embora seja evidente a necessidade de regulamentação da IA, criar leis para lidar com desafios tão complexos não é trivial. Especialmente quando implementá-las e fiscalizá-las representa um custo excessivo para o poder público. Uma abordagem **gradual e adaptativa** pode ser a chave para superar esses obstáculos, começando com regulamentações setoriais em áreas de alto impacto, como saúde e segurança, e evoluindo conforme os desafios e oportunidades da IA se tornam mais claros (OECD, 2023). Outro aspecto relevante, a colaboração internacional é essencial para estabelecer padrões globais que possam ser adaptados localmente, reduzindo a fragmentação regulatória e os custos de implementação. Organizações como a ONU e a União Europeia podem desempenhar um papel central nesse processo, promovendo acordos multilaterais que facilitem o compartilhamento de melhores práticas e recursos (European Commission, 2023). Paralelamente, o **letramento em IA** deve ser priorizado, capacitando cidadãos e profissionais para compreender e interagir criticamente com essas tecnologias, garantindo que a sociedade esteja preparada para exigir transparência e responsabilidade (UNESCO, 2023).

Outra estratégia eficaz para reduzir os custos de fiscalização é o uso da própria tecnologia. Ferramentas de monitoramento automatizado, baseadas em IA, podem ser desenvolvidas para identificar violações e garantir o cumprimento das regulamentações (Binns, 2023). Vale mencionar, tecnologias como o blockchain podem ser utilizadas para aumentar a transparência e a rastreabilidade das decisões tomadas por sistemas de IA, facilitando a auditoria e a responsabilização (World Economic Forum, 2023). Essas soluções tecnológicas, aliadas a uma abordagem colaborativa e ao investimento em educação, podem tornar a regulamentação da IA mais viável e eficiente.

Dessa forma, é possível equilibrar a necessidade de controle com os custos envolvidos, ao mesmo tempo em que se promove um uso ético e responsável da IA, tanto no âmbito cultural quanto em outras áreas da sociedade (Floridi *et al.*, 2023).

A avaliação de impacto regulatório é uma medida essencial, pois permite uma análise detalhada de custo-benefício antes da implementação de novas regulamentações.

Essa prática assegura que os benefícios superem os custos, evitando a criação de normas excessivamente onerosas. Na União Europeia, a adoção dessa metodologia ajudou a evitar a implementação de regras que poderiam prejudicar pequenas e médias empresas, garantindo que

as políticas públicas fossem equilibradas e eficientes. Um exemplo concreto ocorreu no setor de energia renovável na Alemanha, onde a avaliação de impacto regulatório identificou que a simplificação de licenças para instalação de painéis solares em residências reduziria custos administrativos e aumentaria a adoção de energia limpa. Como resultado, a medida foi implementada, impulsionando a transição energética sem sobrecarregar os cidadãos ou o governo.

5 Considerações Finais

Este trabalho analisou as bases sociais e econômicas que sustentam o capitalismo de vigilância e sua relação com a aceleração algorítmica. A discussão permitiu compreender como práticas cotidianas se integram a um sistema que transforma dados pessoais em mercadorias valiosas. As análises evidenciaram que a exploração de dados pessoais transcende o ambiente virtual, moldando comportamentos e criando estruturas socioeconômicas baseadas no controle e na previsibilidade das ações humanas.

A concentração da infraestrutura digital nas mãos de grandes corporações transnacionais representa um desafio direto à soberania informacional dos Estados, sobretudo daqueles situados no Sul Global. A crescente dependência de plataformas privadas para atividades essenciais, como comunicação, armazenamento e circulação de dados culturais, limita a capacidade de formulação e execução de políticas públicas autônomas. Com isso, observa-se a fragilização dos sistemas locais de produção e preservação do conhecimento, como no caso de instituições culturais que dependem e utilizam redes sociais para divulgação de seus acervos ou eventos. Se tornam sujeitas a mudanças repentinas de regras, fechamento de contas de forma arbitrária ou remoção de conteúdo. Esse tipo de dependência tecnológica compromete a autonomia dessas instituições e expõe o patrimônio cultural a riscos de apagamento ou invisibilidade, como alertam diretrizes recentes voltadas à digitalização e gestão de acervos em museus (Brasil, 2020).

Diante dessa realidade, torna-se fundamental construir alternativas públicas, abertas e sustentáveis de gestão da informação cultural, que promovam a cidadania digital e assegurem o direito coletivo à memória, à diversidade cultural e à autodeterminação informacional.

A reflexão proposta aponta para a urgência de medidas que promovam maior conscientização digital e regulamentação para garantir direitos fundamentais aos usuários, como privacidade e liberdade. Nesse sentido, Governos e órgãos reguladores têm implementado leis e diretrizes para proteger os dados dos cidadãos, com a Lei Geral de Proteção de Dados Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 34-43, jul./dez. 2024

(LGPD) no Brasil e o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) na Europa. Fomentar reuniões e debates entre a sociedade, estimulando novos insights para criação de estratégias de uso responsável e ético das tecnologias, também são instrumentos de protagonismo social e construção de conscientização coletiva.

A responsabilidade de limitar a exploração de dados pessoais é uma tarefa compartilhada entre usuários, empresas e órgãos reguladores. O desafio consiste em encontrar o equilíbrio entre os benefícios e lucros extraídos dos serviços digitais e a proteção da privacidade dos dados, evitando que o indivíduo tenha seus direitos diluídos em meio ao avanço tecnológico desenfreado. Questão central no debate sobre o futuro de dados de vigilância.

Para estudos futuros podem ser analisadas percepções entre as legislações emergentes que regulamentam as práticas de vigilância e seus usuários. Vale explorar a eficácia ou não dessas novas leis, considerando contribuições, com posicionamentos críticos.

No contexto das políticas culturais, uma abordagem mais holística, pautada na humanização da informação, uso ético e responsável. Mitigar os excessos da vigilância e a instrumentalização de dados, são fatores importantes para reverter essa tendência e construir um futuro digital mais justo, participativo e equitativo. O futuro das políticas culturais na era digital deve buscar um equilíbrio entre a inovação tecnológica e a proteção dos valores culturais, promovendo um ecossistema cultural que seja inclusivo, diverso e coletivo.

Referências

ASH, James. The age of disruption: technology and madness in computational capitalism. *The AAG Review of Books*, v.8, n.4, p. 211-212, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2325548X.2020.1781452>. Acesso em 24 nov. 2024.

BRASIL. Fundação Escola Nacional de Administração Pública. Instituto Brasileiro de Museus. *Acervos digitais nos museus: manual para a realização de projetos*. Brasília, DF: ENAP/Ibram, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/acervos-digitais-nos-museus.pdf>. Acesso em: 03 maio 2025.

DUPIN, Giselle. A diversidade cultural no ambiente digital. *Boletim do Observatório da Diversidade Cultural*, Belo Horizonte, v. 70, n. 6, p. 6-12, jul. 2017. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2017/07/ODC_BOLETIM_julho_2017.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

FITZPATRICK, Noel; O'DWYER, Neill; O'HARA, Michael (ed.). *Aesthetics, digital studies and Bernard Stiegler: digital studies and aesthetics: neganthropology*. New York: Bloomsbury Publishing Plc, 2021. Cap. XV.

HJØRLAND, Birger. What is knowledge organization (KO)? *KO Knowledge Organization*, v. 35, n. 2-3, p. 86-101, 2008. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2008-2-3-86.pdf>. Acesso em: 27 out. 2024.

KOERNER, A. Capitalismo e vigilância digital na sociedade democrática. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 105, p. e3610514, 2021.

MAZISH, Bruce. *The fourth discontinuity: the co-evolution of humans and machines*. New Haven: Yale University Press, 1994. Resenha de: BUULTJENS, Ralph. *Journal of Computing in Higher Education*, v. 6, n. 1, p. 114-118, Fall 1994.

NORTON, Bryan. Our tools shape our selves: for Bernard Stiegler, a visionary philosopher of our digital age. *Aeon Essays*. p. 7-10. Disponível em: <https://aeon.co/essays/bernard-stieglers-philosophy-on-how-technology-shapes-our-world>. Acesso em: 01 dez. 2024.

PINTO NETO, Moysés. Bernard Stiegler, pensador da tecnologia e do humano. *Doispontos*, Curitiba, São Carlos, v. 12, n. 1, p. 111-118, abr. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304561469_Bernard_Stiegler_pensador_do_humano_e_da_tecnologia. Acesso em: 10 dez. 2024.

STIEGLER, Bernard. *La technique et le temps, 2 – la désorientation*. Paris: Galilée, 1996.

STIEGLER, Bernard. *Technics and time, 1: the fault of Epimetheus*. Stanford: Stanford California. Press, 1998.

SOUSA, Tatiane Regina de Assis. *O discurso do capitalista anda rápido: um estudo psicanalítico acerca da aceleração social e do capitalismo de plataforma*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2023.

SULEYMAN, Mustafa; BHASKAR, Michael. *A próxima onda: inteligência artificial, poder e o maior dilema do século XXI*. Tradução de Alessandra Bonruquer. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2023. Cap. 1, A contenção é impossível.

TAVARES, Rui. *Alfarrábios e algoritmos*. Agora, agora e mais agora, episódio nº 31, Spotify, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0Xr0k5HqojKy6QAgwOiptq?si=VBTMtVA7ReajHghtrT6X9A&t=2053>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/debate/capitalismo-de-vigilancia-e-democracia-com-shoshana-zuboff-3/>. Acesso em: 29 out. 2024.